

PROEJA E PRONATEC: PROBLEMATIZANDO CONCEPÇÕES DE  
EDUCAÇÃO PARA EJASandra da Silva Viana<sup>1</sup>  
Luiz Antonio Saléh Amado<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende contribuir para a discussão sobre a educação de jovens e adultos na perspectiva da formação profissional, considerando alternativas que lhes ofereçam tanto a profissionalização quanto as condições para a ampliação da sua visão de mundo. Assim, problematizaremos os atravessamentos presentes nas concepções pedagógicas de duas políticas públicas da educação de jovens e adultos (EJA), PROEJA E PRONATEC, bem como os efeitos das práticas colocadas em movimento por estas políticas, em especial sobre os modos de subjetivação. Embora os dois programas objetivem a profissionalização de uma parcela da população que não pôde se beneficiar das vantagens que a escolarização tende a proporcionar àqueles que buscam uma inserção no mercado de trabalho, a análise de suas características principais demonstra que as concepções pedagógicas são distintas, implicando efeitos igualmente distintos na formação dos alunos, bem como na organização do cotidiano pedagógico e no fazer do professor. Ao partir da ideia de integração curricular, o PROEJA é capaz de colocar em análise estratégias e práticas curriculares cujos efeitos não se limitam à transmissão dos conteúdos de cada uma das disciplinas, mas também implicam deslocamentos nos modos de ser e estar no mundo produzidos através dos currículos disciplinares.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Currículo Integrado. Produção de Subjetividades.

**Abstract:** This article aims to discuss the youth and adults education. It analyzes the pedagogical concepts of two youth and adults education (EJA) public policies, PROEJA And PRONATEC as well as the effects of

<sup>1</sup> Pedagoga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; Mestre em Ensino de Ciências pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ; Doutoranda do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana - PPFH/UERJ; atualmente ocupa o cargo de Diretora Geral do IFRJ – Campus Realengo. E-mail: sandra.viana@ifrj.edu.br

<sup>2</sup> Professor permanente do PPFH/UERJ; Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF/UERJ; Doutor e Mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UERJ. E-mail: saleh.amado@gmail.com

## PROEJA E PRONATEC: PROBLEMATIZANDO CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA EJA

those practices, especially on the modes of subjectivity. Although the aim of these two policies is the professionalization of a population that could not benefit from the advantages that schooling tends to provide those seeking an insertion in the labor market, the key features analysis demonstrated the difference of their pedagogical concepts, with influence on the students formation as well as the pedagogical organization. The PROEJA and its curriculum integration allows strategies and curriculum practices analysis.

**Keywords:** Youth and Adults Education. Curriculum Integration. Subjectivity.

### Introdução

A Educação de Jovens e Adultos – EJA – é uma modalidade de Educação Básica prevista na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que foi inserida com o objetivo de contribuir para a eliminação do analfabetismo da população de jovens e adultos bem como alternativa àqueles que não completaram o Ensino Fundamental ou Médio na idade considerada própria.

Mesmo que do ponto de vista das políticas públicas a inserção da EJA na nova Lei de diretrizes e bases da educação, a LDB de 1996 possa ser considerada um avanço, resultados de uma recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012, e divulgada em setembro de 2013, demonstraram que a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais no país foi estimada em 8,7%, o que corresponde ainda ao expressivo número de 13,2 milhões analfabetos.

Segundo essa mesma pesquisa, 24% da população brasileira com mais de 60 anos é analfabeta. Já na faixa etária dos 40 aos 59 anos, essa proporção é de 9,8% do total; dos 30 aos 39 anos, 5,1% são analfabetas; e entre as pessoas de 25 a 29, 2,8% são analfabetas.

Como se pode observar, não foi suficiente a Constituição Federal de 1988 (CF/88) garantir a educação como direito de todos e reconhecer como dever do Estado a oferta gratuita da educação ao público alvo da EJA. Também não bastou

**Sandra da Silva Viana e Luiz Antonio Saléh Amado**

a LDB 9394/96 ter introduzido uma seção dedicada à EJA para que os desafios vivenciados há décadas fossem vencidos.

Ao longo de sua história, o Brasil tem enfrentado a questão da exclusão social que gerou impacto no sistema nacional de ensino. Sabe-se que a escrita integra cada momento das sociedades tecnológicas e industrializadas e o seu uso no cotidiano é realizado de forma tão natural que torna-se quase despercebido para os grupos alfabetizados. A escrita possui um valor jurídico e, no entanto, uma grande parcela da população ainda continua excluída dessa forma de comunicação.

Sabe-se que a CF/88 e a LDB 9.394/96 determinam que a escola deve ser democrática e aberta a todos. Por isso, um dos grandes desafios para a educação brasileira é não apenas garantir o acesso, mas também a permanência daqueles que foram “expulsos” da escola ou a ela não chegaram.

Ensinar jovens e adultos requer um conhecimento específico sobre este fazer pedagógico, visto que na EJA o educador precisa levar em consideração no processo de ensino-aprendizagem as especificidades deste público alvo: história e experiência de vida, diversidade geracional, relações de gênero, relação com o mundo do trabalho, orientações sexuais, éticas religiosas, entre outras.

Os jovens e adultos chegam à vida escolar com conhecimentos adquiridos sobre o mundo letrado, seja por meio de passagens pela escola e/ou por meio das atividades cotidianas. Segundo Ribeiro (1999), são donas de casa, balconistas, operários, serventes da construção civil, imigrantes de distintos países, agricultores, homens e mulheres, mais jovens ou mais velhos, que professam diferentes religiões e que, portanto, possuem conhecimentos, crenças e valores já constituídos.

Ao afirmarmos a especificidade da EJA não pretendemos torná-la uma modalidade mais ou menos importante do que as outras, mas queremos chamar a atenção para o fato de a formação de professores se organizar majoritariamente em torno de teorias do desenvolvimento e da aprendizagem voltadas para as crianças e os adolescentes. Por essa razão, é compreensível que os docentes tenham dificuldades de enfrentar os desafios do público da EJA.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, procuramos neste trabalho contribuir com a discussão sobre a educação de jovens e adultos na perspectiva da formação profissional. Consideramos

ARTIGO

#### PROEJA E PRONATEC: PROBLEMATIZANDO CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA EJA

muito importante pensar alternativas para esta formação de modo a lhes oferecer tanto a profissionalização quanto as condições para a ampliação da sua visão de mundo.

Neste sentido, problematizaremos os atravessamentos político-ideológicos presentes nas concepções pedagógicas de algumas políticas públicas voltadas à educação de jovens e adultos trabalhadores – o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); bem como os efeitos das práticas colocadas em movimento por estas políticas, sobretudo do ponto de vista dos modos de subjetivação.

#### Breve percurso histórico do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos - Proeja

Desde 2005, com a publicação do Decreto nº 5.478, e de 2006, com o Decreto nº 5.840, que instituem o PROEJA, alguns trabalhos na área acadêmica têm sido produzidos com o objetivo de debater as experiências com a construção de cursos integrados na modalidade EJA na Rede Federal de Ensino. Paralelamente, o próprio Ministério da Educação tem induzido ações a fim de incentivar, debater e implementar o Programa.

No que diz respeito ao Ministério da Educação (MEC), em 2006 foram realizados convênios com os estados a fim de incentivar a implantação de cursos PROEJA, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Procurou-se, ainda, incentivar a implementação dos cursos na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, através da descentralização orçamentária, com objetivo de possibilitar pequenas adaptações nas instalações físicas e capacitação dos professores para a oferta desta nova modalidade de curso. Foi realizada, também, a primeira edição do Curso de pós-graduação *lato sensu* PROEJA, com vistas a capacitar profissionais e produzir conhecimento para que refletissem e exercitassem a integração da educação profissional com a educação de jovens e adultos.

Sandra da Silva Viana e Luiz Antonio Saléh Amado

Em 2007 a SETEC investiu fortemente na formação dos profissionais que pretendem trabalhar no PROEJA, através de chamadas públicas para cursos de formação e também cursos de pós-graduação *lato sensu* em diversos polos. A produção acadêmica também é alvo de um investimento importante. Em parceria com a CAPES, a Secretaria selecionou 9 projetos de pesquisa ligadas à pós-graduação *stricto sensu* para receberem bolsas. Neste ano ainda a SETEC desenvolveu o projeto de Inserção Contributiva, através do qual as Escolas da Rede Federal possuidoras de altos índices de evasão receberam a visita de técnicos da Secretaria a fim de mapearem as possíveis causas da evasão. Os resultados indicaram que as questões relacionadas à área pedagógica (currículo, avaliação, falta de coordenador no curso e a própria proposta pedagógica que desconsidera a especificidade do estudante) estavam entre as principais causas.

No ano de 2008 a SETEC mantém o programa de incentivo à formação com nova chamada pública para o curso de formação PROEJA e a pós-graduação *lato sensu* PROEJA. A partir daquele ano, a Secretaria ampliou os recursos para o atendimento ao estudante carente da educação profissional, visando a permanência nos cursos PROEJA dos estudantes das escolas federais. Assim, todo o estudante carente do PROEJA passou a receber R\$ 100,00 (cem reais) por mês, a fim de contribuir com suas despesas com transporte, alimentação e reprodução de material. Ainda naquele ano, a SETEC cria o Diálogos PROEJA, resultado das visitas do Projeto de Inserção Contributiva, quando observou-se que o diálogo intrainstitucional era uma das maiores dificuldades das Escolas Federais. Esta ação se baseou na promoção de encontros regionais cujo objetivo consistia na troca de experiências entre os diferentes grupos – professores, alunos e gestores – envolvidos nos cursos.

Em 2009 a SETEC continuou a incentivar os cursos de pós-graduação *lato sensu* PROEJA. Adicionalmente, publicou o edital PROEJA para a formação inicial e continuada, PROEJA FIC, cujo objetivo era apoiar a implantação de cursos de formação inicial e continuada integrados com o ensino fundamental na modalidade da educação de jovens e adultos nos municípios e nos estabelecimentos penais, disponibilizando a Rede Federal neste sentido.

Voltando as atenções para a produção acadêmica,

ARTIGO

### PROEJA E PRONATEC: PROBLEMATIZANDO CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA EJA

destacamos inúmeros trabalhos apresentados em encontros sobre Educação, sobretudo a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, ANPED. Como resultado das ações induzidas pela SETEC/MEC, há também as publicações oriundas dos encontros intitulados Diálogos PROEJA e das dissertações e teses produzidas graças à política de indução ou mesmo devido ao interesse de pesquisadores e profissionais que atuam na EJA.

A implementação do PROEJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem um papel relevante dada sua presença efetiva no território nacional. De acordo com Moura (2006, p. 62), a rede federal pode ser encontrada “em quase todos os estados da federação, além de possuir experiência no Ensino Médio e na Educação Profissional de Nível Médio”.

Ainda segundo Moura (2006), o PROEJA surge com a finalidade de enfrentar as descontinuidades que marcam a modalidade EJA no Brasil; além disso, busca integrar à educação básica uma formação profissional que contribua para a integração socioeconômica de qualidade.

O PROEJA tem por concepções e princípios uma política pública de integração entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. O Documento Base do PROEJA destaca alguns pontos que devem ser observados, visando garantir que todos os cidadãos tenham acesso à educação de qualidade e possam abrir caminho para sua inserção social com base no trabalho. São eles: a formação integral do educando, ponto de sustentação da proposta; a necessidade de encarar a EJA como campo de conhecimento específico, formulando propostas político-pedagógicas em sintonia com as exigências que são colocadas pelo campo e, por fim, como consequência, a adequação da formação docente às especificidades deste campo educacional.

A experiência recente no campo da educação profissional para jovens e adultos no Brasil justifica a preocupação apontada anteriormente. De acordo com Baldacci (2009), historicamente nesse país, as políticas públicas não contemplavam um modelo de educação que fosse capaz de desfazer a dualidade estrutural entre formação técnica e integral, resultando para o trabalhador na oferta de propostas educacionais superficiais, descontínuas

**Sandra da Silva Viana e Luiz Antonio Saléh Amado**

e fragmentadas. O contexto do capitalismo nos anos 90 dá continuidade a isso, quando:

[...] uma série de projetos aligeirados foi ofertada aos trabalhadores que não tiveram a oportunidade de consolidarem sua educação básica em idade adequada, tais como o Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor – Ministério do Trabalho), a Escola de Fábrica, o programa de Inclusão de Jovens (Projovem). Estes, de certa forma, ajudavam a incorporação da ideologia, por parte das classes trabalhadoras, da empregabilidade, tendo como tônica o desenvolvimento de competências individuais para a inserção no mercado de trabalho – cada vez mais raro e excludente (BALDACCI, 2009, p. 9).

A “formação integral do educando”, por outro lado, é entendida como a capacidade de oferecer, de forma perfeitamente articulada, educação básica consistente e formação profissional. A partir de processos de formação orientados por esta concepção, espera-se alcançar a integração social do educando. Pretende-se com isto oferecer a possibilidade de uma educação que resulte na “formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente” (BRASIL, 2007, p. 24).

### **Discutindo o Pronatec**

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego teve início com o Projeto de Lei nº 1.209/2011, aprovado praticamente na íntegra e sancionado no dia 26 de outubro de 2011 pela presidenta Dilma Rousseff, sob a Lei nº 12.513/2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica. Deste modo:

É instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. (Art. 1º - Lei 12.513/2011)

ARTIGO

### PROEJA E PRONATEC: PROBLEMATIZANDO CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA EJA

Sendo assim, o Programa visa a alcançar os seguintes objetivos: I – ampliar o número de vagas na educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância em cursos de formação inicial e continuada; II – fomentar e apoiar a expansão da rede física da educação profissional e tecnológica; III – contribuir para melhoria do ensino médio público, articulando-o à educação profissional; IV – ampliar as oportunidades de educação e qualificação profissional dos trabalhadores; V – estimular a difusão de recursos pedagógicos para auxiliar nos cursos de educação profissional e tecnológica; VI – estimular a articulação entre educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

O programa atende prioritariamente aos estudantes de ensino médio da rede pública, inclusive alunos que cursam na modalidade de educação de jovens e adultos, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda e estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.

O Pronatec se desenvolve por meio de oferecimento de bolsa-formação nas modalidades: Bolsa-Formação Estudante e Bolsa-Formação Trabalhador.

Segundo divulgação oficial do governo, até o final do ano de 2014 a meta é oferecer 8 milhões de vagas em cursos técnicos e profissionalizantes, com investimento de R\$ 14 bilhões. Percebe-se claramente que esse Programa tem sido colocado como prioridade por parte do Governo Federal.

O programa prevê o financiamento público em organizações privadas, com prioridade para as do sistema “S”, formado por entidades ligadas à indústria e ao comércio – SENAI, SESI, SENAC e SESC – com o objetivo de que alunos do ensino médio propedêutico público estadual possam fazer cursos técnicos no modelo concomitante nessas organizações; além dos jovens e adultos trabalhadores que possam realizar cursos de curta duração (formação inicial e continuada). Como se pode observar:

Para cumprir os objetivos do Pronatec, a União é autorizada a transferir recursos financeiros às instituições de educação profissional e

**Sandra da Silva Viana e Luiz Antonio Saléh Amado**

tecnológica das redes públicas estaduais e municipais ou dos serviços nacionais de aprendizagem correspondentes aos valores das bolsas-formação de que trata o inciso IV do art. 4º desta Lei. (Artº 6º, Lei. 12.513/2011)

### **Formação Humana X Formação Profissional**

A dualidade entre a formação propedêutica e a formação profissional é histórica e está diretamente ligada às questões sociais e econômicas. Ao longo da história do país, com muita frequência encontramos a oferta de educação marcada pela separação entre aquela que se voltava para o trabalho, para as demandas do mercado por mão-de-obra, e outra para a formação geral do sujeito, proporcionando a estes a ocupação de cargos mais altos na hierarquia dos espaços de trabalho.

Percebe-se que esta divisão ainda persiste, apesar das inúmeras discussões no âmbito educacional. Consequentemente, assistimos periodicamente às alterações nas políticas públicas, movidas pelo jogo de forças políticas em ação num dado momento histórico.

O presente texto trata exatamente de um desses momentos, pois vivenciamos a presença de dois Programas que têm o objetivo comum de proporcionar formação profissional a uma parcela da população específica – os jovens e adultos –, porém apoiando-se em concepções pedagógicas bastante distintas. Na tentativa de analisarmos essas diferenças e os possíveis efeitos sobre os sujeitos envolvidos (professores e alunos), vale destacar algumas das principais características do PROEJA e do PRONATEC.

O Documento Base do PROEJA assim apresenta seus pilares de sustentação:

O PROEJA tem seus alicerces na convergência de três campos da Educação que consideram: a formação para atuação no mundo do trabalho (EPT); o modo próprio de fazer a educação, considerando as especificidades dos sujeitos jovens e adultos (EJA); e a formação para o exercício da cidadania (Educação Básica). (Documento Base, 2006, p. 27)

Por ser um programa que objetiva a integração da

ARTIGO

### PROEJA E PRONATEC: PROBLEMATIZANDO CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA EJA

educação básica com a educação profissional, o PROEJA desafia os educadores a trabalharem na perspectiva do currículo integrado, exatamente por considerar a importância da integração entre conhecimentos pertinentes à formação humana e geral com os conhecimentos específicos da formação profissional. Ainda segundo o Documento Base do PROEJA (2006):

Nesse contexto, a integração da formação inicial e continuada de trabalhadores com o ensino fundamental na modalidade EJA é uma opção que tem possibilidade real de conferir maior significado a essa formação, pois tem o poder de incidir diretamente na melhoria da qualificação profissional dos sujeitos aos quais se destina. Não se trata, de maneira alguma, de subsumir o conteúdo propedêutico do ensino fundamental a uma preparação para o mundo do trabalho, mas sim de garantir a totalidade do primeiro integrando-o à segunda.

Este tipo de formação colaborará de uma forma mais imediata e direta para a qualificação profissional. Mas é fundamental percebê-la também numa perspectiva de longo prazo, mais ousada, ou seja, devem-se criar as condições para que os concluintes possam efetivamente retornar sua trajetória educacional e continuar os estudos no nível médio, o que poderá contribuir, inclusive, para o acesso ao ensino superior. (p.21)

Sem dúvida, este tem sido um dos maiores desafios para a construção dos cursos PROEJA, pois não existe uma fórmula ou modelo para se colocar em prática o currículo integrado, o que obriga os educadores envolvidos a se mobilizarem para desenharem estratégias, proporem práticas, em suma, definirem coletivamente como se efetivará a integração do currículo no âmbito dos seus cursos.

De todo modo, algumas tentativas vêm sendo feitas por educadores preocupados e, sobretudo, interessados em oferecer alternativas às práticas pedagógicas tradicionais, entre outras razões, por perceberem as insuficiências destas práticas. Entre tais estratégias podemos citar: a metodologia de projetos; o trabalho com eixos integradores, a prática por intermédio de atividades integradoras etc.

Nesta concepção de educação presente no PROEJA defende-se o direito de o aluno, independentemente de sua origem socioeconômica, concluir sua formação com qualidade tendo possibilidade de prosseguir seus estudos. Percebe-se,

**Sandra da Silva Viana e Luiz Antonio Saléh Amado**

portanto, que o programa visa contribuir para a melhoria das condições de inserção social, econômica, política e cultural dos jovens e adultos.

Ao contrário dessa concepção de educação, percebe-se no governo Dilma Rousseff uma forte tendência para ações voltadas para a EJA que atendam as demandas do mercado de trabalho. Sendo assim, o governo adotou a política pública que defende o ensino técnico e cursos rápidos de capacitação profissional como resposta à escassez de mão de obra qualificada no país. Observa-se que esta política atende a demanda dos empresários, mas não prioriza a elevação de escolaridade dos trabalhadores, assim como não prioriza a formação humana dos sujeitos. Nos termos da Lei que institui o PRONATEC, temos:

Para os fins desta Lei, são consideradas modalidades de educação profissional e tecnológica os cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; e II – de educação profissional técnica de nível médio. § 1º os cursos referidos no inciso I serão relacionados pelo Ministério da Educação, devendo contar com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas. § 2º Os cursos referidos no inciso II submetem-se às diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, bem com às demais condições estabelecidas na legislação aplicável, devendo constar do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, organizado pelo Ministério da Educação. (Art. 5º, Lei, 12.513/2011).

Do ponto vista curricular, o PRONATEC propõe como um dos objetivos a articulação do ensino médio com a educação profissional (Art. 1º, Inciso III). Note-se, porém, que articulação não é sinônimo de currículo integrado, o que na prática se traduz no enfraquecimento das iniciativas de integração curricular induzidas pelo PROEJA. Ademais, inclui cursos de qualificação profissional com carga horária mínima de 160 horas; tais cursos, efetivamente, não possibilitam a elevação de escolaridade, e muito menos, garantem a formação humana como parte integrante do currículo.

Ao observar o Catálogo de Cursos do PRONATEC, disponível na página do MEC, percebe-se o foco no oferecimento de cursos rápidos de formação de trabalho manual, o que não garante que o direito social à educação, no sentido da formação

ARTIGO

### PROEJA E PRONATEC: PROBLEMATIZANDO CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA EJA

integral, esteja sendo efetivado.

Esta formação dicotômica e acelerada pode ser verificada a partir das ementas de dois cursos oferecidos na modalidade PRONATEC em uma instituição federal de ensino:

Curso de OPERADOR DE EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Ementa: Processos de editoração eletrônica: digitalização e tratamento de imagens; diagramação de páginas; ilustração digital; gerenciamento de cores; fechamento de arquivos e produção de provas digitais. Normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde. Carga horária: 68 horas

Curso de MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE MICRO

Ementa: Noções básicas de eletricidade. Arquitetura geral de computadores e processadores. Montagem, instalação e configuração de dispositivos de hardware. Instalação e configuração de sistemas operacionais e softwares aplicativos. Montagem, instalação e reparação de microcomputadores. Identificação e instalação de sistemas operacionais, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde. Carga horária: 48 horas

Por razões objetivas relacionadas à carga horária, os cursos de curta duração oferecidos pelo PRONATEC não podem proporcionar uma formação que avance para além dos conhecimentos técnicos específicos na direção da formação integral do aluno. Como é possível observar, enquanto o PROEJA volta seu foco para a articulação entre a formação humana e a formação profissional, o PRONATEC reforça a concepção de educação fragmentada, quer pela reduzidíssima carga horária, quer pelo descompromisso com a formação humana.

Outra crítica ao PRONATEC diz respeito ao financiamento destinado pelo programa ao sistema "S", Entende-se o papel do ensino oferecido por estas instituições, mas tais organizações não têm a função de desenvolver formação básica estratégica. Sua natureza é muito centrada na qualificação emergencial para atender a demanda do mercado de trabalho.

### Capitalismo e produção de subjetividade na EJA

No mundo que vivemos hoje o capital tende a definir todas as relações, ou seja, o mercado é tomado como princípio

**Sandra da Silva Viana e Luiz Antonio Saléh Amado**

básico, tornando-se o parâmetro definidor do modo como se constituirão as relações sociais. Referindo-se à expansão alcançada pelo Capitalismo e à sua atual influência planetária, Guattari cunha o termo Capitalismo Mundial Integrado. Tal expressão pretende traduzir algumas características conceituais, como a possibilidade de interagir, na atualidade, com países que ao longo da história estiveram fechados a este contato; a capacidade de reconstituir os sistemas sociais e produtivos, num processo incessante e o cuidado constante para que nenhuma atividade humana lhe escape (GUATTARI, 1987).

Para o propósito da discussão a ser realizada neste trabalho, chamamos a atenção para a estreita relação entre as características descritas acima, notadamente as duas últimas, e os inúmeros dispositivos vinculados aos processos de subjetivação: familiares, médicos, midiáticos, pedagógicos etc. A produção social de subjetividades, aliás, está na base da própria reprodução do capitalismo, visto que, “o capitalismo produz subjetividade porque ele não vive sem ela, ou melhor, o capital produz aquilo mesmo que irá lhe sustentar e manter” (MACHADO, 2004). As relações entre os homens, portanto, vão sendo moldadas de acordo com esta lógica, conforme apontam Guattari e Rolnik (1996):

A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, etc. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro – em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.42).

### **Produção de subjetividades e a EJA**

O capitalismo passa por uma crise, incidindo diretamente no modo como se organiza a produção. Conforme analisa Mancebo (2002, p. 77): “o neoliberalismo representa uma alternativa política, econômica, social, jurídica e cultural para a crise econômica do mundo capitalista, a partir do esgotamento do regime de acumulação fordista”.

ARTIGO

**PROEJA E PRONATEC: PROBLEMATIZANDO CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA EJA**

A reestruturação produtiva, impulsionada pela crise capitalista, exige do trabalhador que ele seja capaz de enfrentar desafios e que desenvolva competências e habilidades que contribuam para o alcance dos objetivos de sua atividade. As instituições de ensino, portanto, se constituem como espaços de formação no processo de produção de subjetividades, uma vez que

a escola é atravessada e marcada pela configuração social, mas também tem o papel de definir o sujeito, seja por meio das relações de poder entre professores e alunos, seja na forma pela qual concebe a aprendizagem e transmite o saber (PRATA, 2005).

Deleuze (1992) defende que não é possível falar de subjetividade em geral, mas de subjetividades práticas e sujeitos que se constituem na experiência social. Nesta perspectiva, o ensino escolar não pode e nem deve ser dissociado do mundo real. A produção da subjetividade ocorre também nas relações de poder que circulam nas instituições de ensino, não somente na relação professor-aluno, mas acima de tudo no papel que o ensino escolar desempenha na realidade social. De acordo com o filósofo francês, a escola tende a atuar como uma empresa, ao utilizar processos de avaliação contínua e do sistema de recompensas, promovendo uma competição entre os alunos que se inicia ainda na sala de aula.

A educação, enquanto instituição social, contribui com a produção de subjetividades consonantes com determinado momento histórico. É notório que o sistema educacional brasileiro na contemporaneidade, e aqui destacando as ações do PRONATEC, favorecem a formação de subjetividades adequadas e, de certo modo, definidas pelo mercado de trabalho.

A base jurídica, representada pelas leis e decretos que instituem as políticas públicas fornecem as condições necessárias para o funcionamento de dispositivos pedagógicos, considerando-se o conceito forjado por Jorge Larrosa (1994), a partir do pensamento foucaultiano, os quais induzem práticas discursivas e não discursivas diretamente relacionadas à constituição das subjetividades. O currículo integrado e a avaliação da aprendizagem, por exemplo, são alguns dos

**Sandra da Silva Viana e Luiz Antonio Saléh Amado**

dispositivos pedagógicos cuja análise dos efeitos ajuda a problematizar os modos de subjetivação presentes nas concepções pedagógicas atuais.

A concepção de homem defendida pelo paradigma do mercado encontra-se atrelada à de trabalhador, preconizando, desta forma, o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas primordialmente para os desafios do mundo do trabalho atual. Consequentemente, a produção de subjetividades, ou seja, os modos de ser e estar no mundo, associados a esta política educacional aligeirada e redutora dos espaços de formação ampla e integral, guarda estreita relação com os paradigmas da sociedade capitalista neoliberal.

Entretanto, é possível pensar na educação de jovens e adultos trabalhadores também como produtora de modos de ser e estar no mundo diferente do que temos hoje. Para isso, é preciso investir em ações que favoreçam as estratégias de linhas de fuga ao que está proposto pelo sistema capitalista.

### **Currículo, trabalho e sociedade**

O Documento Base do PROEJA (2007) defende a relação entre currículo, trabalho e sociedade, adotando os seguintes princípios como fundamentos: a) Princípio da aprendizagem e do conhecimento significativo; b) Princípio do respeito ao ser e aos saberes dos educandos; c) Princípio da construção coletiva do conhecimento; d) Princípio da vinculação entre educação e trabalho: integração entre Educação Básica e a Profissional e Tecnológica; e) Princípio da interdisciplinaridade; e, f) Princípio da avaliação como processo.

Destacaremos o currículo integrado, a interdisciplinaridade e a avaliação como processo, buscando exemplificar como os dispositivos pedagógicos, notadamente o currículo e a avaliação, podem ser reformulados visando favorecer a formação de jovens e adultos trabalhadores em uma concepção diferente do que propõe a concepção marcada pelo modelo capitalista neoliberal.

O currículo integrado pressupõe a vinculação entre educação e trabalho. Ainda de acordo com o Documento Base do PROEJA:

ARTIGO

### PROEJA E PRONATEC: PROBLEMATIZANDO CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA EJA

Essa vinculação exige o rompimento com a tradicional fragmentação entre Educação Básica e Educação Profissional, promovendo sua construção de forma integrada e colaborativa. A educação integrada propicia a (re) construção de conhecimentos e atitudes ligados à emancipação humana, à cidadania e ao trabalho, condições necessárias para uma efetiva participação na vida social, política, cultural e para a (re) inserção digna no mundo do trabalho. Existe uma relação indissociável entre trabalho e educação, que se baseia na aquisição e produção de conhecimento pelos trabalhadores no e para o processo de trabalho. Essa é a base das sociedades humanas e nos tempos atuais, mais do que nunca, isso significa uma forte relação entre a tecnologia e a vida humana, o que tem reflexos sobre a educação. Para se (re) inserir no mundo do trabalho numa perspectiva emancipada é preciso conhecer as tecnologias para saber aplicá-las, usá-las criticamente, o que pressupõe uma Educação Básica sólida. (2007, p.29-30)

É preciso afirmar que há outra característica fundamental da integração curricular, além da vinculação entre a educação e o trabalho. A interdisciplinaridade surge como uma estratégia pedagógica quando se decide romper com a organização curricular baseada no currículo disciplinar. Desse modo, segundo o Documento Base do PROEJA:

Com o objetivo de superar a fragmentação do conhecimento e qualificar as práticas educativas, se faz necessário tomar a interdisciplinaridade como referência, substituindo a visão positivista, centrada nas distintas disciplinas isoladamente, para assumir uma visão de processo, defendendo a ideia do conhecimento como uma construção em rede, em diálogo entre as disciplinas. (Documento Base do Proeja, 2007, p.30)

O enfoque interdisciplinar na educação, segundo Fazenda (2002), teve início na Europa (principalmente na França e na Itália) em meados da década de 60 e desde então busca contribuir para reflexão sobre a importância da articulação entre teoria e prática, estabelecendo relação entre o conhecimento escolar e a realidade social, visando superar a visão de ensino fragmentado e descontextualizado.

A interdisciplinaridade se constitui em um conceito que entende que o excesso de especialização faz com que o

**Sandra da Silva Viana e Luiz Antonio Saléh Amado**

conhecimento produzido faça sentido apenas para os especialistas de cada área. Desta forma o conhecimento científico disciplinar ensinado nas escolas, desligado do mundo real, não faz sentido para a maioria dos alunos.

Segundo Luck (1994), as disciplinas foram construídas a partir do paradigma positivista que norteou a determinação da visão especializada de mundo com base nas idéias de Descartes e Newton, combinando empirismo e lógica formal. A visão de mundo positivista que orientou o desenvolvimento de disciplinas ou áreas especializadas de estudo continua ocorrendo, mesmo que, muitas vezes, ainda de forma inconsciente, pois esse pensamento se faz presente, principalmente, através do rigor do “método científico” para validação do conhecimento acadêmico. Ensinar interdisciplinarmente exige diálogo entre as diferentes disciplinas visando a construção de conhecimento que seja útil na formação integral do aluno.

Por fim, o dispositivo avaliação se constitui como um instrumento pedagógico e não deve ser entendido como instrumento de punição. A avaliação da aprendizagem é um meio e não um fim em si mesma, devendo servir tanto ao aluno, mostrando-lhe em que áreas deve melhorar, quanto ao professor, indicando a este como pode aprimorar suas estratégias pedagógicas.

No que diz respeito ao Documento Base do PROEJA, devemos considerar, ainda, as estratégias que possibilitem a realização da formação integral. Assim, a avaliação pode auxiliar o professor a identificar os elementos para a análise dos inúmeros aspectos da aprendizagem relacionados aos campos intelectual, afetivo e social. A concepção de avaliação contida no Documento Base pressupõe também, a exemplo do que preconiza a LDB 9394/96, que os processos avaliativos aconteçam de forma contínua e processual, considerando os conhecimentos produzidos e reorganizados pelos alunos do ponto de vista qualitativo.

Ao mencionar as múltiplas dimensões assumidas pela avaliação – diagnóstica, processual, formativa e somativa – o Documento Base do PROEJA apresenta um amplo campo de possibilidades para a realização da verificação do rendimento dos alunos, incluindo-se a participação ativa dos estudantes; as avaliações não só da aprendizagem, mas também das estratégias de ensino e o reconhecimento das singularidades e dos ritmos

ARTIGO

### PROEJA E PRONATEC: PROBLEMATIZANDO CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA EJA

de aprendizagem distintos para cada aluno. Conclui afirmando que o resultado referente ao desempenho do aluno pode ser expressado através de menções, relatórios ou notas. As mudanças, todavia, não acontecerão sem um movimento que parta também dos professores. De acordo com o Documento Base:

(...) é de suma importância que o professor utilize instrumentos diversificados os quais lhe possibilitem observar e registrar o desempenho do aluno nas atividades desenvolvidas e tomar decisões participativas, tal como refletir com o aluno sobre os aspectos que necessitem ser melhorados, reorientando-o no processo diante das dificuldades de aprendizagem apresentadas, reconhecendo as formas diferenciadas de aprendizagem, em seus diferentes processos, ritmos, lógicas (...) (BRASIL, 2007, p. 54).

Assim, percebemos que as concepções e princípios para a educação de jovens e adultos defendidos pelo PROEJA diferem totalmente dos princípios adotados pela concepção de educação conteudista e fragmentada, pois abre oportunidades importantes para que alguns dispositivos pedagógicos sejam repensados, e mesmo transformados, na direção de construir outros modos de funcionamento do fazer pedagógico.

#### Considerações finais

Diante dessa breve exposição, destacamos a necessidade de problematizarmos as concepções que orientam as políticas públicas brasileiras nos últimos anos, destinadas à educação de jovens e adultos.

A confiança na proposta da formação integrada não conduz ao esquecimento nem ao menosprezo das dificuldades presentes no mundo atual. Ao contrário, o texto do Documento Base adverte ao público para o qual se volta o PROEJA, provavelmente esperançoso de ingressar no mercado de trabalho imediatamente após a formação, que os alunos sujeitos a este processo “não terão garantia de emprego ou melhoria material de vida” (2007, p. 25). Coerentemente com a convicção de que é preciso romper com o modelo de educação que divide o

**Sandra da Silva Viana e Luiz Antonio Saléh Amado**

ensino em teórico/intelectual e prático/profissional, procura-se afirmar a importância da integração curricular para a formação dos alunos, entendendo que isso lhes abrirá

[...] possibilidades de alcançar esses objetivos, além de se enriquecerem com outras referências culturais, sociais, históricas, laborais, ou seja, terão a possibilidade de ler o mundo, no sentido freireano, estando no mundo e o compreendendo de forma diferente a anterior ao processo formativo (BRASIL, 2007, p. 25).

Diante do que foi exposto, percebe-se a centralidade do conceito de formação integrada para este tipo de proposta educacional. Comparada à tendência predominante no pensamento pedagógico, opera-se uma inversão de prioridades quando, por exemplo, o vestibular deixa de ser o norteador dos conteúdos, dos métodos e das ações pedagógicas.

Entendemos que o PROEJA e o PRONATEC objetivam a profissionalização de uma parcela da população que não pôde se beneficiar das vantagens que a escolarização tende a proporcionar àqueles que buscam uma inserção no mercado de trabalho. Entretanto, estes programas possuem concepções e estratégias pedagógicas diferentes, o que implica efeitos distintos na formação dos alunos, bem como na organização do cotidiano pedagógico e no fazer do professor.

Ao partir da ideia de integração curricular, o PROEJA é capaz de colocar em análise estratégias e práticas curriculares cujos efeitos não se limitam à transmissão dos conteúdos de cada uma das disciplinas, mas também implicam deslocamentos nos modos de ser e estar no mundo produzidos através dos currículos disciplinares. Para além da formação profissional, por meio do ensino profissionalizante, destacamos que, diferentemente do PRONATEC, o PROEJA é um programa que permite colocar em circulação tanto para os alunos quanto para os professores outros modos de subjetivação.

### **Referências Bibliográficas**

BALDACCI, L.M. Proeja: uma possibilidade de formação omnilateral das classes populares? 2009. 19f. Projeto (Mestrado em Educação Profissional em Saúde) – Programa de pós-graduação em educação

ARTIGO

**PROEJA E PRONATEC: PROBLEMATIZANDO CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA EJA**

profissional em saúde. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL. MEC/SETEC/PROEJA. Documento Base. Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos. Brasília: SETEC/MEC, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja\\_medio.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf). Acesso em 20 de jun de 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL, LEI 9394, de 20/12/96 IN Diário Oficial de 23/12/96.

\_\_\_\_\_. MEC/SETEC/PROEJA. Documento Base. Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos. Brasília: SETEC/MEC, 2006.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. MEC. PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. 2012. Disponível em: <<http://pronatecportal.mec.gov.br/objetivos.html>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

DELEUZE, G. Conversações. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992. In: Gallina, S.F. da S. As práticas de controle: Educação e Filosofia. Disponível em: [www.ufsm.br/gpforma/1senafe/bibliocon/aspraticas.rtf](http://www.ufsm.br/gpforma/1senafe/bibliocon/aspraticas.rtf). Acessado em fevereiro 2014.

FAZENDA, I.C.A. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 10 ed. Campinas: Papirus, 2002, 143p

GUATTARI, F. Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

GUATTARI F. & ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2013. Ministério da Fazenda. Disponível em: [http://www1.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/conjuntura/informativo\\_economico/2013/2013\\_09/emprego\\_renda/IE%202013%2009%2027%20-%20PNAD%202012.pdf](http://www1.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/conjuntura/informativo_economico/2013/2013_09/emprego_renda/IE%202013%2009%2027%20-%20PNAD%202012.pdf) Acessado em março de 2014.

**Sandra da Silva Viana e Luiz Antonio Saléh Amado**

LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. O sujeito da educação: estudos foucaultianos. Petrópolis, Vozes: 1994. p.p. 35 a 86.

LUCK, H. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MACHADO, L.D. Capitalismo e configurações subjetivas. In. Maurício Abdalla; Maria Elizabeth Barros de Barros (orgs). *Mundo e sujeito: aspectos subjetivos da globalização*. (p.164-172), 1ª ed. São Paulo: Paulus, 2004.

MANCIBO, D. Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. In. *Psicologia. Cienc. Prof.* v.22 n.1 Brasília, 2002.

MOURA, D.H. EJA: Formação técnica integrada ao Ensino Médio. Boletim 16, setembro, 2006.

PRATA, M. R. S. A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade. In. *Revista Brasileira de Educação*, n.28, jan/fev/mar/abr, 2005

RIBEIRO, V.M. A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico. *Educação & Sociedade*, ano XX, nº 68, Dezembro/99. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a10v2068.pdf>. Acessado em 23 de maio de 2009.

**Recebido em: 04/04/2014 - Aceito em: 05/09/2014**

ARTIGO

2º semestre de 2014

p. 121-141

nº 2

v. 16

CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU

LETRAS E SAÚDE DA

UNIOESTE -

REVISTA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO,

141

*Idéiação*